



Comissão de Legislação e Justiça

Parecer de 2º turno sobre o Projeto de Lei nº 132/2021

Relatório

O Projeto de Lei nº 132/2021, que “Altera a Lei nº 9.691, de 19 de janeiro de 2009, que dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências.”, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

Tendo sido aprovado em 1º turno, retornou à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer sobre a Emenda 1 apresentada ao projeto, nos termos do §4º do art. 128 do Regimento Interno. Designado relator, passo a emitir parecer, na forma do art. 52, I, “a”. do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de Lei em suma tem por escopo atualizar os limites dos bairros populares para a correta correspondência entre a legislação e realidade de campo atual, conforme orientação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Tal medida é importante porque a divisão de bairros de Belo Horizonte está inserida na base territorial do IBGE e é aplicada no Censo Demográfico, possibilitando ao Município ter todo o resultado do Censo estruturado por bairro.

A emenda aditiva nº 1, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Iza Lourença, acrescenta, onde couber, o seguinte artigo ao projeto:

“Art. - A delimitação dos bairros prevista na Lei nº 9.691, de 19 de janeiro de 2009, não gera impeditivos ao reconhecimento dos assentamentos informais e a instalação de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

serviços públicos essenciais, em caráter provisório ou permanente.”

Assim, após breve explanação do mérito, passo à análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, para verificar a conformidade dos aspectos constitucional, legal e regimental da emenda.

Da Constitucionalidade

Também conhecido por controle de constitucionalidade preventivo, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal analisar a conformidade dos projetos de Lei de acordo com os princípios e preceitos Constitucionais para evitar que uma norma inconstitucional adentre o ordenamento jurídico, deixando resguardada a análise de mérito para momento oportuno.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 2º, consagrou o princípio da separação dos poderes, o qual determina:

“Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

O princípio da separação dos poderes tem como pilares a independência e harmonia entre legislativo, executivo e judiciário. Sendo assim, cada poder tem a esfera de atuação típica que lhe compete.

A emenda aditiva nº 1 acrescenta novo dispositivo ao projeto para garantir que as delimitações dos bairros não gerem impeditivos para reconhecimento de assentamentos informais e instalação de serviços públicos nesses locais. A adição prevista pelo legislador está dentro dos limites de sua competência, conforme dispõe o art. 30, incisos I e II da Constituição da República:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

II - complementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Ante o exposto, manifesto pela constitucionalidade da emenda aditiva nº 1 apresentada ao Projeto de Lei 132/2021.

Transposta esta etapa, passemos a análise da Legalidade.

Da Legalidade

Aqui, a legalidade (stricto sensu) pressupõe a redução e concordância de qualquer regra com as Leis, legitimando os atos da administração pública.

Quanto a emenda aditiva nº 1 concluo pela legalidade vez que complementa a legislação pertinente, e está de acordo com o ordenamento infraconstitucional vigente.

Desta forma, do ponto de vista legal e jurídico, manifesto pela legalidade da emenda aditiva nº 1 apresentada ao Projeto de Lei 132/2021.

Da Regimentalidade

No que tange à regimentalidade da emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 132/2021, verifico que foi instruída corretamente de acordo com as normas dispostas no Regimento Interno e com a técnica legislativa. Assim, no que diz respeito à regimentalidade não verifico irregularidade capaz de impedir o prosseguimento da emenda.

Conclusão

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da emenda aditiva nº 1 apresentada ao projeto de Lei 132/2022.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

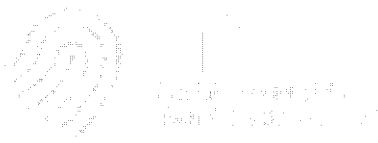
Belo Horizonte, 18 de novembro de 2022.

GABRIEL
SOUSA
MARQUES DE
AZEVEDO:01
466629622

Assinado de forma digital por
GABRIEL SOUSA MARQUES DE
AZEVEDO:01466629622
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=20828519000170,
ou=Presencial, ou=Certificado
PF, cn=GABRIEL SOUSA
MARQUES DE
AZEVEDO:01466629622
Dados: 2022.11.18 15:51:46
-03'00'

Vereador Gabriel

Relator

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO**▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação 18/11/2022 19:07:01 UTC
Versão do software 2.10

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer CLJ PL 132.2021.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 8dc8754968f66ae3fa50f8c9df8fdb2f1af86364b7d8de918797418125656b1f
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ Assinatura por CN=GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:*666296**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura November 18, 2022 at 6:51:46 PM UTC
Status dos atributos Aprovados

► Informações do assinante**► Caminho de certificação****► Atributos**

**AVALIE ESTE
SERVIÇO****EXPANDIR
ELEMENTOS**Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça

Parecer de 2º turno sobre o Projeto de Lei nº 204/2021

Relatório

O Projeto de Lei nº 204/2021, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação ao Legislativo sobre as alterações nas tarifas do Serviço de Transporte Público de Passageiros do Município de Belo Horizonte.”, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

Tendo sido aprovado em 1º turno, retornou à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer sobre a Emenda 1 apresentada ao projeto, nos termos do §4º do art. 128 do Regimento Interno. Designado relator, passo a emitir parecer, na forma do art. 52, I, “a”. do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de Lei em suma torna obrigatória a divulgação de informações ao Legislativo sobre as alterações nas tarifas do Serviço de Transporte Público de Passageiros do Município de Belo Horizonte com a antecedência mínima de 20 dias corridos anteriores à previsão de sua implementação.

A emenda substitutivo nº 1, de autoria do Vereador Bruno Miranda, dá nova redação ao projeto, determinado que a notificação deverá “trazer a fórmula paramétrica e informações acerca dos índices de variação de preços utilizados bem como resultado das respectivas aplicações, divulgando amplamente para a população os critérios observados para o reajuste tarifário.”

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 18.11.2022
HORA. 16:00:41



Assim, após breve explanação do mérito, passo à análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, para verificar a conformidade dos aspectos constitucional, legal e regimental da emenda.

Da Constitucionalidade

Também conhecido por controle de constitucionalidade preventivo, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal analisar a conformidade dos projetos de Lei de acordo com os princípios e preceitos Constitucionais para evitar que uma norma inconstitucional adentre o ordenamento jurídico, deixando resguardada a análise de mérito para momento oportuno.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 2º, consagrou o princípio da separação dos poderes, o qual determina:

“Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

O princípio da separação dos poderes tem como pilares a independência e harmonia entre legislativo, executivo e judiciário. Sendo assim, cada poder tem a esfera de atuação típica que lhe compete.

A emenda substitutivo nº 1, de autoria do Vereador Bruno Miranda, altera a redação do projeto, sendo que alteração prevista pelo legislador está dentro dos limites de sua competência, conforme dispõe o art. 30, incisos I e II da Constituição da República:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

Ainda, a emenda substitutivo está de acordo com o princípio constitucional da publicidade, nos termos do art. 5º, inciso XXXIII e art. 37, caput e §3º, inciso II, ambos da CF:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;”

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;”

Ante o exposto, manifesto pela constitucionalidade da emenda substitutivo nº 1 apresentada ao Projeto de Lei 204/2021.

Transposta esta etapa, passemos a análise da Legalidade.

Da Legalidade



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Aqui, a legalidade (stricto sensu) pressupõe a redução e concordância de qualquer regra com as Leis, legitimando os atos da administração pública.

Quanto a emenda substitutivo nº 1 concluo pela legalidade vez que está em conformidade com o ordenamento jurídico infraconstitucional, e alinhada à legislação e normas estaduais e municipais, em especial a Lei Federal n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à informação), que determina que todos os atos tomados por gestores públicos devem ser publicizados, e a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte que determina:

Art. 197 - As tarifas de serviços de transporte coletivo, de táxi e de estacionamento público serão fixadas pelo Poder Executivo, conforme dispuser a lei

(...)

§ 3º - É assegurado a entidades representativas da sociedade civil, à Câmara e à Defensoria do Povo o acesso aos dados informadores da planilha de custos, a elementos da metodologia de cálculo, a parâmetros de coeficientes técnicos, bem como às informações relativas às fases de operação do sistema de transporte.

Desta forma, do ponto de vista legal e jurídico, manifesto pela legalidade da emenda substitutivo nº 1 apresentada ao Projeto de Lei 204/2021.

Da Regimentalidade

No que tange à regimentalidade da emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 204/2021, verifico que foi instruída corretamente de acordo com as normas dispostas no Regimento Interno e com a técnica legislativa. Assim, no que diz respeito à regimentalidade não verifico irregularidade capaz de impedir o prosseguimento da emenda.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Conclusão

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da emenda substitutivo nº 1 apresentada ao projeto de Lei 204/2021.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2022.

GABRIEL
SOUSA
MARQUES
DE
AZEVEDO:01
466629622

Assinado de forma digital
por GABRIEL SOUSA
MARQUES DE
AZEVEDO:01466629622
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=AC SOLUTI Multipla v5,
ou=20828519000170,
ou=Presencial,
ou=Certificado PF A3,
cn=GABRIEL SOUSA
MARQUES DE
AZEVEDO:01466629622
Dados: 2022.11.18 15:59:54
-03'00'

Vereador Gabriel

Relator

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 18/11/2022 19:05:53 UTC
Versão do software 2.10

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer CLJ PL 204.2021.pdf
Resumo SHA256 do arquivo f20cbb8bb9bf4886d66d39192768647b19a5834cac09122be11022bb5bba15f1
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ Assinatura por CN=GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:***666296**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura November 18, 2022 at 6:59:54 PM UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 383/2022 - 2º TURNO DE VOTAÇÃO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 383/2022, que “Altera a Lei nº11.065, de 1º de agosto de 2017, que estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo e dá outras providências.”, de autoria do Poder Executivo e aprovado em primeiro turno de votação, retorna a esta Comissão de Legislação e Justiça para receber parecer jurídico sobre as emendas apresentadas ao seu texto, em conformidade com os trâmites regimentais.

Designado relator, passo a analisar as proposições nos exatos termos do art. 52, I, “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 383/2022, segundo o disposto na sua justificativa, “visa realizar ajustes na atual estrutura organizacional do Poder Executivo, adequando a dinâmica da agenda de governo. Em síntese, as principais alterações têm como objetivo: (1) permitir que as unidades do Poder Executivo possam compartilhar as atividades de planejamento, orçamento e gestão, proporcionando a otimização das estruturas; (2) promover ajustes meramente formais, trazendo de forma consolidada a vinculação dos órgãos colegiados já existentes na legislação municipal; (3) consolidar na Lei nº11.065, de 2017, as competências da Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte criada recentemente pela Lei nº11.319, de 22 de outubro de 2021, e (4) promover adequações orçamentárias em razão da transposição de competências da Sudecap para a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.”

Após a sua aprovação em 1º turno, foram apresentadas 5 (cinco) emendas ao texto do PL nº 383/2022 e 7 (sete) subemendas ao Substitutivo-Emenda nº 1 apresentado à proposição legislativa em tela.

Evitaremos reproduzir *ipsis litteris* as emendas e subemendas apresentadas, pois tornaria o conteúdo deste parecer jurídico demasiado extenso. A seguir, nos limitaremos a descrever o seu conteúdo de forma objetiva e sucinta de forma que se depreenda o seu conteúdo.

Emenda 1/2022

O substitutivo-emenda tem como objetivo incluir na proposta original alteração na atual estrutura organizacional do Poder Executivo visando a divisão das políticas atualmente sob competência da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Dessa forma, será mantida a Secretaria Municipal de Assistência Social, com a alteração do respectivo nome, e haverá a criação da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Lado outro, autoriza o Poder Executivo a ampliar os créditos adicionais no orçamento no valor de R\$ 520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de reais) frente ao valor de R\$235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais) previstos no texto da proposição legislativa original.

Emendas 2 a 5 /2022

As emendas de nº 2 a 5 apresentadas objetivam suprimir artigos do projeto de lei original, quais

sejam, respectivamente, art. 26 (faz alterações na composição e funcionamento do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Município e delega a decreto dispor sobre como será realizada a avaliação de desempenho dos procuradores pelo conselho), art. 25 (inclui incisos com novas competências no objeto social da PBHAtivos) e o inciso II do art. 20 (cria 500 pontos unitários de DAM - Direção e Assessoramento Municipal do Executivo).

Subemendas 1 e 5/2022 ao Substitutivo-Emenda nº 1

Suprimem o art. 29 no texto do substitutivo apresentado. O art. 29 tem a mesma redação do art. 26 do projeto de lei original. E sua supressão segue a mesma lógica.

Subemenda 2/2022 ao Substitutivo-Emenda nº 1

Suprime o art. 18; o inciso III, do art. 23; a alínea j, do inciso II, do art. 32 e a tabela E do Anexo III, da Lei nº 11.065, de 2017, com redação dada pela Anexo II. Trata da criação do cargo de recrutamento amplo de Coordenador de Unidade Cultural, que deveria ser preenchidos por recrutamento limitado na visão da autora da proposição legislativa, Vereadora Iza Lourença.

Subemenda 3/2022 ao Substitutivo-Emenda nº 1

Insere no art. 31 o parágrafo único para que a ampliação dos créditos adicionais ao orçamento atual, previsto no *caput*, tenha justificativa detalhada das razões para utilização dos créditos, bem como a área e destinação específica do recurso.

Subemenda 4/2022 ao Substitutivo-Emenda nº 1

A subemenda 4 acrescenta artigo no substitutivo, onde couber, para dispor que as nomeações dos cargos criados pelo artigo 23 serão precedidas de comunicação enviada à Câmara Municipal de Belo Horizonte, contendo a justificativa para o aumento de pessoal em cada órgão da administração pública direta ou indireta do município. Prevê requisitos mínimos constantes na referida justificativa.

Subemenda 6/2022 ao Substitutivo-Emenda nº 1

Suprime o art. 28 que acrescenta competências ao objeto social da PBHAtivos.

Subemenda 7/2022 ao Substitutivo-Emenda nº 1

Suprime o inciso II do art. 23 que dispõe sobre a criação de - 500 (quinhentos) pontos unitários de Direção e Assessoramento Municipal - DAM - do Poder Executivo.

Feito este breve resumo sobre o teor das emendas, passaremos ao exame dos requisitos de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas e subemendas apresentadas ao PL nº 383/2022.

No exame da juridicidade sob o aspecto da sua constitucionalidade, relativamente às emendas 1 a 5 e às Submendas 1, 2, 3, 5, 6 e 7 ao Substitutivo-Emenda nº 1, não vislumbramos inconstitucionalidades em seus textos.

As emendas 2 a 5 e as subemendas 1, 2, 5, 6 e 7 ao Substitutivo-Emenda nº 1 por conterem apenas supressões de dispositivos do projeto de lei original estão em conformidade com as normas e princípios constitucionais e a legislação infraconstitucional.

O Substitutivo-Emenda nº 1 e a Subemenda 3, apresentada a ele, também estão em conformidade com o disposto na Constituição da República de 1988. São proposições legislativas que estão dentro da competência legislativa do município e do poder legislativo municipal e não desrespeitam a iniciativa privativa do poder executivo. Isto porque estão de acordo com o disposto no art. 30, I; no art. 61, §1º, II, “a” e “b” e no art. 2º, todos, da Constituição Federal de 1988 - CF/88. O primeiro artigo traz a competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local, o segundo artigo traz as competências do chefe do executivo e o último artigo dispõe sobre o princípio da harmonia e independência entre os poderes.

São proposições legislativas que objetivam, na visão de seus autores, aperfeiçoar o texto do projeto de lei original, facilitando sua aprovação em plenário.

A exceção é a Subemenda 4 ao Substitutivo-Emenda nº 1. Esta subemenda pretende incluir no Substitutivo-Emenda nº 1 um artigo, em local que couber, como já especificado anteriormente. Ocorre que, o parágrafo único contido no artigo a ser incluído impede o efetivo cumprimento do comando contido no seu *caput*. Vejamos.

O *caput* do artigo dispõe que “As nomeações dos cargos criados pelo artigo 23 serão precedidas de comunicação enviada à Câmara Municipal de Belo Horizonte, observado o *caput* do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, contendo a justificativa para o aumento de pessoal em cada órgão da administração pública direta ou indireta do município.”

Já o parágrafo único contido no mesmo artigo especifica “A justificativa deverá apresentar, no mínimo, as atribuições dos funcionários nomeados, carga horária, nível de escolaridade e órgão da administração pública direta e indireta em que for lotado.”

Para justificar o aumento de pessoal em cada órgão do Poder Executivo decorrente de nomeações pela criação de novos cargos, como pretende o autor da Subemenda 4, na realidade, o Poder Executivo deverá especificar os motivos, a necessidade e benefícios ao serviço público da nomeação daqueles agentes públicos e do respectivo aumento da despesa. Tal objetivo não será atingido somente exigindo que a justificativa contenha no mínimo, informações tais como atribuições, carga horária, escolaridade, órgão de lotação na realidade. Estes dados não demonstram as razões, a necessidade ou o benefício ao serviço público, como já mencionado, que justifiquem aumento de despesa de pessoal. Constituem informações básicas já constantes na legislação municipal e no ato de nomeação publicado. A redação do parágrafo único acaba por obstaculizar a efetiva fiscalização dos atos do Poder Executivo pelo Poder Legislativo pretendida pelo legislador.

A redação do parágrafo único contido no artigo a ser incluído no Substitutivo-Emenda nº 1, como está, acaba por constituir imposição de obrigação inócua a outro poder do município de repasse de informações publicizadas, tanto com a lei a ser publicada, na legislação municipal sobre a matéria e no ato de nomeação. São facilmente verificáveis em rápida pesquisa no site oficial do próprio Poder Legislativo, no Portal do Poder Executivo e no Diário Oficial, afrontando o já mencionado art. 2º da CF/88, o princípio da eficiência e o princípio da razoabilidade. Pois não é eficiente e razoável exigir de um poder mobilizar sua máquina administrativa pra passar informações que não se prestam a efetiva fiscalização do ato objeto de fiscalização. E muito menos editar uma lei com tais comandos.

Com relação à juridicidade sob o aspecto da legalidade, uma proposição legislativa é legal quando se observa nela ausência de contrariedade com a legislação infraconstitucional em geral, como as leis federais, as leis estaduais e a lei orgânica municipal.

No presente caso, não vislumbramos ilegalidade na quase totalidade das emendas e subemendas ora

examinadas por ausência de confronto com a legislação infraconstitucional sobre a matéria. A exceção são as Subemendas 3 e 4 ao Substitutivo-Emenda nº 1.

A Subemenda 3 dá nova redação ao art. 31 do Substitutivo-Emenda nº1 acrescentando um parágrafo único ao mesmo. O parágrafo único dispõe que a autorização expressa no *caput* do art. 31 será precedida de justificativa das razões para utilização dos créditos adicionais, bem como a área e destinação específica do recurso. Em verdade, a autorização legislativa para aumentar os créditos adicionais como previsto no *caput* do artigo 31 do substitutivo é dada pelo Poder Legislativo com a publicação da lei pura e simplesmente. O que, no caso, é precedida de justificativa detalhada, como pretende o legislador, é o aumento do crédito adicional a ser instrumentalizado pelo Poder Executivo quando de sua abertura via decreto. A redação como se encontra vai contra o disposto no art. 42 da Lei Federal 4.320/1964. O citado artigo prevê que créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Relativamente a Subemenda 4, a sua ilegalidade se impõe automaticamente pela sua inconstitucionalidade, não necessitando de maiores considerações.

Quanto a juridicidade no que pertine a regimentalidade não vislumbramos ofensa ao regimento interno em quase todas proposições legislativas. Entretanto, as Subemendas 3 e 4 ao Substitutivo-Emenda nº 1 afrontam o art. 99, I do Regimento Interno esta Casa Legislativa.

A Subemenda 3 infringe o referido art. 99, I pelos mesmos motivos de redação expostos no parágrafo deste parecer jurídico que examina a sua ilegalidade. A redação do parágrafo único da subemenda traz equívoco que contraria a técnica legislativa, além de não possuir clareza. A autorização legislativa para aumentar os créditos adicionais é dada com a publicação da lei. A justificativa detalhada deve vir quando do aumento do crédito adicional a ser realizado pelo Poder Executivo quando de sua abertura via decreto.

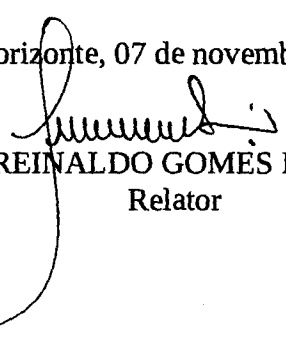
A Subemenda 4 infringe o regimento interno pelos motivos técnicos e de redação exposto nos parágrafos deste parecer jurídico que discorrem sobre sua inconstitucionalidade. Pretender incrementar a fiscalização de atos do Executivo e pelo Legislativo estabelecendo necessidade de justificar o aumento de despesa de pessoal pela nomeação de agentes públicos em virtude de cargos criados pelo art. 23 do Substitutivo-Emenda nº 1 e logo após estabelecer requisito mínimos que não permitem atingir o objetivo de fiscalização do aumento de despesa pretendido é desarrazoado, traz contradição com o comando do art. 31, que se pretende alterar. Não observa a técnica legislativa.

Visando sanar os vícios apontados nas Subemendas 3 e 4 apresentaremos anexas novas subemendas ao Substitutivo-Emenda nº 1º visando preservar o objetivo do autor das mesmas.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas 1 a 5 e das Subemendas 1, 2, 5, 6 e 7 ao Substitutivo-Emenda nº 1, pela constitucionalidade, ilegalidade e antiregimentalidade da Subemenda nº 3 ao Substitutivo-Emenda nº 1 e pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antiregimentalidade da Subemenda nº 4 ao Substitutivo-Emenda nº 1, todas apresentadas ao Projeto de Lei nº 383/2022. Apresentamos anexas subemendas ao Substitutivo-Emenda nº 1.

Belo horizonte, 07 de novembro de 2022.


VEREADOR REINALDO GOMES PRETO SACOLÃO
Relator

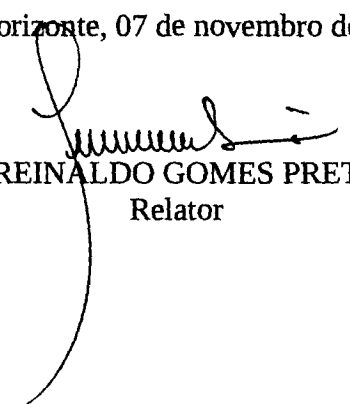
SUBEMENDA SUBSTITUTIVA Nº A EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 383/2022

Dê-se a seguinte redação ao art. 31 do substitutivo Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 383/2022.

"Art. 31 - Fica o Poder Executivo autorizado a ampliar os créditos adicionais ao orçamento vigente de que trata o art. 28 da Lei nº11.319, de 22 de outubro de 2021, no valor de R\$520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de reais), podendo ser reaberto no exercício financeiro seguinte, no limite de seus saldos, nos termos dos arts. 40 a 46 da Lei Federal nº4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único - A ampliação de crédito adicional de que trata o *caput* desse artigo será precedida de justificativa detalhada das razões para utilização dos referidos créditos, bem como a área e destinação específica do recurso."

Belo horizonte, 07 de novembro de 2022.



VEREADOR REINALDO GOMES PRETO SACOLÃO
Relator

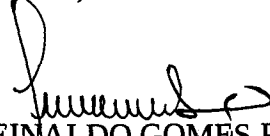
SUBEMENDA ADITIVA Nº A EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 383/2022

Acrescente-se onde couber ao substitutivo Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº383/2022.

"Art. x - As nomeações dos cargos criados pelo artigo 23 serão precedidas de comunicação enviada à Câmara Municipal de Belo Horizonte, observado o *caput* do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, contendo a justificativa detalhada para o aumento de pessoal em cada órgão da administração pública direta ou indireta do município.

Parágrafo único - A justificativa deverá apresentar, no mínimo, o motivo, a necessidade e o benefício ao serviço público da nomeação, as atribuições dos servidores públicos nomeados, carga horária, nível de escolaridade e órgão da administração pública direta e indireta em que for lotado."

Belo horizonte, 07 de novembro de 2022.



VEREADOR REINALDO GOMES PRETO SACOLÃO
Relator

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 405/2022
VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Executivo (Mensagem nº 34, de 25/07/2022) que *Altera a Lei nº 9.078, de 19 de janeiro de 2005, que Estabelece a política da pessoa com deficiência para o município de Belo Horizonte.*

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator – conforme despacho de recebimento – para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 405/2022.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

De autoria do Executivo Municipal, o Projeto de Lei nº 405/2022 promove alterações na Lei nº 9.078/2005, que *Estabelece a política da pessoa com deficiência para o município de Belo Horizonte.*

Em suma o Projeto:

- especifica que os banheiros acessíveis expostos no art. 16, parágrafo único, IV, devem estar alinhados com as normas técnicas que dispõe sobre o assunto, principalmente a NBR 9050.
- vincula o responsável técnico, construtor e mantenedor da edificação ao cumprimento do disposto no projeto de lei.
- determina que as penalidades pelo descumprimento da lei serão aplicadas ao proprietário do estabelecimento ou ao condomínio

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 21.11.2022
HORA. 15:46:34

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 405/2022 encontra-se em consonância com a competência municipal, disposta no art. 30, inciso I da Constituição da República, haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Neste mesmo sentido disciplina a Constituição Mineira em seu art. 171, I.

Art. 171. Ao Município compete legislar:

I — sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Cumpre ressaltar que o Projeto em apreço encontra-se em estrita conformidade (e fortalece) o art. 227, §º1, II, da nossa Magna Carta. *In verbis*:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a

convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

Ademais, urge destacar que o Projeto de Lei nº 405/2022 está em harmonia com o art. 9º do Decreto nº 6.949/2009, que Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Artigo 9

Acessibilidade

1.A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a:

a) Edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, residências, instalações médicas e local de trabalho;

(...)

2.Os Estados Partes também tomarão medidas apropriadas para:

a) Desenvolver, promulgar e monitorar a implementação de normas e diretrizes mínimas para a acessibilidade das instalações e dos serviços abertos ao público ou de uso público;

Cumpre aqui destacar que o Decreto nº 6.949/2009 foi aprovado conforme procedimento previsto no do art. 5º, §3º da CR/88, sendo, portanto, equivalente às emendas constitucionais.

Por tudo exposto, a proposição em comento, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

2.2 Da Legalidade

No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face do arcabouço normativo infraconstitucional. Exige-se, portanto, a conformidade da proposição com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito.

O Projeto de Lei nº 405/2022 altera a Lei nº 9.078/2005, no seu art. 16, garantindo que será observada as normas técnicas nos elementos dos banheiros acessíveis, e criando mecanismos para que a lei seja cumprida de forma eficiente para amparar as pessoas com deficiência. Neste sentido o Projeto de Lei nº 405/2022, encontra-se em estrita concordância com a legislação infraconstitucional pertinente ao tema, em especial com o art. 4º da lei 10.048/2000 que dispõe:

Art. 4º Os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.

Por tudo acima explanado, concluo pela legalidade/juridicidade do Projeto de Lei nº 405/2022.

2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que pertine à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 405/2022, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com a devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade do Projeto de Lei nº 405/2022.

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2022.

IRLAN CHAVES
DE OLIVEIRA
MELO:923607
69634

Assinado de forma digital por IRLAN
CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF
A3, cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
Dados: 2022.11.21 15:45:16 -03'00'

Vereador Irlan Melo

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 21/11/2022 18:47:34 UTC
Versão do software 2.10

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 405-22 - altera lei que estabelece politica da pessoa com deficiência.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 833777e2a5db1c6217c5edd3d8e7d00ff72cecea7c50ae19615aac3af8c1f979
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:***607696**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura November 21, 2022 at 6:45:16 PM UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI N. 425/2022

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 425/2022, de autoria dos Vereadores Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Ciro Pereira; Ver.(a) Dr. Célio Frois; Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) Léo; Ver.(a) Marilda Portela; Ver.(a) Professor Juliano Lopes; Ver.(a) Reinaldo Gomes Preto Sacolão, que “Altera a Lei nº 11.216, de 04 de fevereiro de 2020 que Dispõe sobre a aplicação dos instrumentos de política urbana previstos nos Capítulos II, III e IV do Título II da Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019, que aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte”.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa alterar a redação dos arts. 18 e 19 da Lei nº 11.216, de 04 de fevereiro de 2020 que Dispõe sobre a aplicação dos instrumentos de política urbana previstos nos Capítulos II, III e IV do Título II da Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019, que aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte.

A alteração proposta consiste, basicamente, nos seguintes pontos:

- a mudança da forma de cálculo da área passível de transferência;
- a limitação aos imóveis situados dentro da avenida do contorno para aplicação do fator de interesse cultural;
- o estabelecimento de que a cada 15 anos o potencial construtivo concedido para preservação do patrimônio cultural poderá ser revisto;
- a previsão de contrapartida financeira para liberação do potencial construtivo.

Como justificativa expõe que:

“Este projeto de lei tem por finalidade a manutenção da efetividade do instrumento da Transferência do Direito de Construir — TDC — perante a redução dos índices construtivos promovidos pelo plano diretor.

PR. J. COLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 21/11/22
HORA 10:13:45



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O objetivo proposto é alcançado por meio da exclusão das áreas construídas de imóveis tombados ou protegidos do cálculo do potencial construtivo passível de transferência, de modo a ampliar o fomento que a cidade confere as políticas que se beneficiam da TDC.

Além disso, edificações tombadas que possuem acréscimos espúrios passariam a poder transferir o potencial construtivo desses, quando demolidos em nome da higidez da preservação do objeto do tombamento.”

Considerando a especificidade do tema, apresentei pedido de informação para que o Projeto fosse baixado em diligência ao Executivo para emissão de parecer informando se existe impedimento jurídico e/ou técnico às alterações propostas no Projeto. No entanto, não houve resposta ao pedido de diligência.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição ou emenda corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição da República ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

In casu, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, nos termos do art. 30, I, da Constituição da República: “Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local;”.

E o art. 171, inciso I, alínea “d” da Constituição Estadual de Minas Gerais dispõe: “Art. 171. Ao Município compete legislar: I – sobre assuntos de interesse local, notadamente: a) o plano diretor;”.

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não vislumbro



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

A seu turno, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o Estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade. (ADI n. 3425-8, Rel. Ministro Eros Grau, DJ. 24/08/2007).

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal. Previsão de realização de campanha pública de conscientização sobre depósito de materiais recicláveis. Constitucionalidade. - Não é inconstitucional lei municipal, de iniciativa do Legislativo local, que prevê a realização de campanha pública de conscientização sobre o depósito de materiais recicláveis por parte da Administração Municipal, ainda que disso resulte aumento de despesas para o Executivo, mesmo porque as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas em 'numerus clausus' no artigo 61 da Constituição Federal, referindo-se apenas às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.08.476253-3/000 - Comarca de Iturama - Requerente: Prefeito Municipal de Iturama - Requerida: Câmara Municipal de Iturama - Relator: Des. José Antonino Baía Borges.)

Destarte, pelo fato de o tema objeto do projeto de lei em análise (alteração de lei que dispõe sobre a aplicação dos instrumentos de política urbana) não se encontrar expressamente contemplado entre aqueles a serem tratados por lei de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º da Constituição da República) ou do Governador do Estado de Minas (art. 66, III da Constituição Mineira) e, por simetria, do Prefeito, não há inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa.

Conforme exposto no item 2 deste parecer “fundamentação”, a proposição em questão visa alterar as normas que dispõe sobre a outorga onerosa do direito de construir, notadamente acerca da transferência do direito de construir, disposta em lei municipal.

Tratam-se de pontos que respeitam preceitos e diretrizes constitucionais, de modo que face a ausência de vício de competência e de iniciativa, resta configurada a constitucionalidade do Projeto de Lei n. 425/2022.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto em tela está em desacordo com o ordenamento jurídico, conforme exposto adiante.

Inicialmente, no entanto, vale dizer que a proposição encontra respaldo na Lei n. 10.257/01, conhecida como Estatuto das Cidades, que prevê que lei municipal poderá permitir a transferência do direito de construir disposto no plano diretor:

Art. 30. Lei municipal específica estabelecerá as condições a serem observadas para a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, determinando:

I – a fórmula de cálculo para a cobrança;

II – os casos passíveis de isenção do pagamento da outorga;

III – a contrapartida do beneficiário.

Art. 35. Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:

I – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

II – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;

III – servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.

§ 1º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Poder Público seu imóvel, ou parte dele, para os fins previstos nos incisos I a III do caput.

§ 2º A lei municipal referida no caput estabelecerá as condições relativas à aplicação da transferência do direito de construir.

A ilegalidade recai sobre a redação proposta para o caput do art. 19 ao prever que a Planta de Valores Imobiliários é utilizada para o cálculo do ITBI.

Embora a redação do caput do referido artigo seja idêntica à prevista atualmente na Lei n. 11.216/20, trata-se de previsão contrária ao entendimento exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1937821/SP, que foi afetado como representativo de controvérsia e firmada a tese no Tema Repetitivo n. 1113.

O entendimento firmado pelo STJ é de que para o cálculo do ITBI deve ser utilizado o valor venal do imóvel declarado pelo contribuinte referente à operação realizada e não a base de cálculo utilizada para lançamento do IPTU:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI). BASE DE CÁLCULO. VINCULAÇÃO COM IMPOSTO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU). INEXISTÊNCIA. VALOR VENAL DECLARADO PELO CONTRIBUINTE. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. REVISÃO PELO FISCO. INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. POSSIBILIDADE. PRÉVIO VALOR DE REFERÊNCIA. ADOÇÃO. INVIABILIDADE.

1. A jurisprudência pacífica desta Corte Superior é no sentido de que, embora o Código Tributário Nacional estabeleça como base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) o "valor venal", a apuração desse elemento quantitativo faz-se de formas diversas, notadamente em razão da distinção existente entre os fatos geradores e a modalidade de lançamento desses impostos.

2. Os arts. 35 e 38 do CTN dispõem, respectivamente, que o fato gerador do ITBI é a transmissão da propriedade ou de direitos reais imobiliários ou a cessão de direitos relativos a tais transmissões e que a base de cálculo do tributo é o "valor venal dos bens ou direitos transmitidos", que corresponde ao valor considerado para as negociações de imóveis em condições normais de mercado.

3. A possibilidade de dimensionar o valor dos imóveis no mercado, segundo critérios, por exemplo, de localização e tamanho (metragem), não impede que a avaliação de mercado específica de cada imóvel transacionado oscile dentro do parâmetro médio, a depender, por exemplo, da existência de outras circunstâncias igualmente relevantes e legítimas para a determinação do real valor da coisa, como a existência de benfeitorias, o estado de conservação e os interesses pessoais do vendedor e do comprador no ajuste do preço.

4. O ITBI comporta apenas duas modalidades de lançamento originário: por declaração, se a norma local exigir prévio exame das informações do contribuinte pela Administração para a constituição do crédito tributário, ou por homologação, se a legislação municipal disciplinar que caberá ao contribuinte apurar o valor do imposto e efetuar o seu pagamento antecipado sem prévio exame do ente tributante.

5. Os lançamentos por declaração ou por homologação se justificam pelas várias circunstâncias que podem interferir no específico valor de mercado de cada imóvel transacionado, circunstâncias cujo conhecimento integral somente os negociantes têm ou deveriam ter para melhor avaliar o real valor do bem quando da realização do negócio, sendo essa a principal razão da impossibilidade prática da realização do lançamento originário de ofício, ainda que autorizado pelo legislador local, pois o fisco não tem como possuir, previamente, o conhecimento de todas as variáveis determinantes para a composição do valor do imóvel transmitido.

6. Em face do princípio da boa-fé objetiva, o valor da transação declarado pelo contribuinte presume-se condizente com o valor médio de mercado do bem imóvel transacionado, presunção que somente pode ser afastada pelo fisco se esse valor se mostrar, de pronto, incompatível com a realidade, estando, nessa hipótese, justificada a instauração do procedimento próprio para o arbitramento da base de cálculo, em que deve ser assegurado ao contribuinte o contraditório necessário para apresentação das peculiaridades que amparariam o quantum informado (art. 148 do CTN).

7. A prévia adoção de um valor de referência pela Administração configura indevido lançamento de ofício do ITBI por mera estimativa e subverte o procedimento instituído no art. 148 do CTN, pois representa arbitramento da base de cálculo sem prévio juízo quanto à fidedignidade da declaração do sujeito passivo.

8. Para o fim preconizado no art. 1.039 do CPC/2015, firmam-se as seguintes teses: a) a base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação; b) o valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio (art. 148 do CTN);

c) o Município não pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente.

9. Recurso especial parcialmente provido.

Sendo assim, uma vez que nos termos do entendimento firmado pelo STJ, a previsão do caput do art. 19 do Projeto de Lei em análise viola o art. 148 do Código Tributário Nacional, apresento, ao final deste parecer, emenda para suprimir a expressão “utilizada para o cálculo do ITBI” e sanar a ilegalidade constatada.

De tal modo, entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 425/2022, com apresentação de emenda.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 425/2022.

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 425/2022, com apresentação de emenda.

Belo Horizonte, 10 de novembro 2022.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2022.11.21 10:11:13 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ

RELATORA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

EMENDA N. ____ AO PROJETO DE LEI N. 425/2022

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei n. 425/2022:

Art. 2º - O art. 19 da Lei nº 11.216, de 04 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

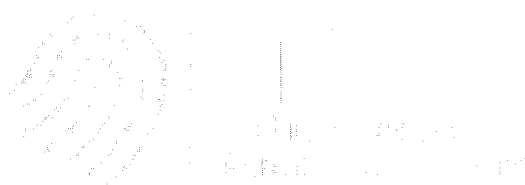
Art. 19: A correspondência entre a área transferida do imóvel gerador e a área recebida pelo imóvel receptor será ponderada pela razão entre os valores constantes na Planta de Valores Imobiliários.

Parágrafo único: A superação do coeficiente de aproveitamento básico por intermédio da Transferência do Direito de Construir não poderá exceder, anualmente, de 10% (dez por cento) o potencial construtivo total aplicado em imóveis receptores apurado no ano-calendário anterior.

Belo Horizonte, 10 de novembro 2022.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
RELATORA

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2022.11.21 10:11:36 -03'00'

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 21/11/2022 13:17:52 UTC
Versão do software 2.10

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 425-2022 altera lei política urbana (1).pdf
Resumo SHA256 do arquivo dffb2e7ade820adeebf9a33bccf3840bd8eb57f3f2fa606a2e4b94459bbbc438
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 2

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura November 21, 2022 at 1:11:13 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	November 21, 2022 at 1:11:36 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI N. 438/2022

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 438/2022, de autoria dos Vereadores Ver.(a) Wanderley Porto; Ver.(a) Marcos Crispim; Ver.(a) Juninho Los Hermanos; Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Reinaldo Gomes Preto Sacolão que “Acrescenta o art. 17-A à Lei nº 7.031/96, que dispõe sobre a normatização complementar dos procedimentos relativos à saúde pelo Código Sanitário Municipal e dá outras providências”.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa incluir dispositivo à Lei nº 7.031/96, que dispõe sobre a normatização complementar dos procedimentos relativos à saúde pelo Código Sanitário Municipal, nos seguintes termos:

Art. 17-A - A utilização, em local de livre acesso, dos produtos de que tratam os incisos II, III e VI do art. 14 desta lei que possam provocar dano à saúde dependerá da adoção de medidas para eliminar, diminuir e prevenir o risco à saúde de pessoa e animal doméstico, compreendendo, além do disposto na legislação sanitária pertinente:

I - a interdição do local em que for feita a utilização do produto ao acesso de pessoa e animal doméstico durante o período em que o local oferecer risco à saúde;

II - a colocação de placa ou cartaz que contenha advertência quanto ao risco à saúde e informação sobre a utilização do produto no local, a data da aplicação e o nome do produto.

§ 1º - O local de livre acesso a que se refere o caput deste artigo é o espaço público e o espaço na propriedade pública ou privada livremente acessível a pessoa ou animal doméstico a partir do logradouro público.

§ 2º - O descumprimento das medidas de que trata o caput deste artigo sujeitará o infrator às penalidades previstas no art. 93 desta lei.

P.R. JCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 10/11/23
HORA 11:18:23



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Como justificativa expõe, em suma, que:

A ampla utilização das praguicidas tem resultado em aumento do número de intoxicações humanas e animais. Oferecendo riscos a crianças pequenas e animais de estimação, se ingeridas ou tocadas.

Os problemas à saúde podem variar de irritações na pele, vômitos até falta de ar, aceleração cardíaca e distúrbios com mais gravidade.

A não ser que o jardim seja seu, você não terá muitas certezas e garantias do que já foi utilizado para manter o jardim em dia. Pesticidas, alguns tipos de fertilizantes e produtos químicos que servem para proteger ou desenvolver as plantas, podem agir como um verdadeiro veneno no organismo do seu animal.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

Inicialmente importa frisar que a análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde a avaliação de compatibilidade desta com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição da República e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

Nesse sentido, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, conforme dispõe o art. 30, incisos I e II, da Constituição da República:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não vislumbro nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

Nesse sentido, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o Estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade. (ADI n. 3394-8, Rel. Ministro Eros Grau, DJ. 24/08/2007).

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal. Previsão de realização de campanha pública de conscientização sobre depósito de materiais recicláveis. Constitucionalidade. - Não é inconstitucional lei municipal, de iniciativa do Legislativo local, que prevê a realização de campanha pública de conscientização sobre o depósito de materiais recicláveis por parte da Administração Municipal, ainda que disso resulte aumento de despesas para o Executivo, mesmo porque as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas em 'numerus clausus' no artigo 61 da Constituição Federal, referindo-se apenas às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.08.476253-3/000 - Comarca de Iturama - Requerente: Prefeito Municipal de Iturama - Requerida: Câmara Municipal de Iturama - Relator: Des. José Antonino Baía Borges.)

Destarte, pelo fato de o tema objeto do projeto de lei em análise não se encontrar expressamente contemplado entre aqueles a serem tratados por lei de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º da Constituição da República) ou do Governador do Estado de Minas (art. 66, III da Constituição Mineira) e, por simetria, do Prefeito, não há inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa.

Ademais, no que se refere à proteção dos animais pretendida com a proposição, verifica-se que o projeto encontra respaldo nos art. 23, VII e art. 225, § 1º, V e VII e § 3º da Constituição da República:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

De tal modo, face ao exposto, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 438/2022.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto em tela está de acordo com o ordenamento jurídico.

Conforme exposto anteriormente, o Projeto pretende criar regras para utilização, em espaço de livre acesso, dos seguintes produtos: saneantes domésticos, produtos tóxicos e radioativos, e qualquer substância que possa causar dano à saúde. Tais medidas visam eliminar, diminuir e prevenir o risco à saúde de pessoa e animal doméstico.

Sendo assim, não vislumbro infração a legislação infraconstitucional e à Lei Orgânica Municipal, de modo que entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 438/2022.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 438/2022.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 438/2022.

Belo Horizonte, 9 de novembro de 2022.

FERNANDA
PEREIRA

ALTOE:0451989864
1

Assinado de forma digital
por FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2022.11.10
11:03:02 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
RELATORA

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 10/11/2022 14:21:01 UTC
Versão do software 2.10

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Parecer PL 438-2022 regras sanitárias (1) - Ver. Fernanda.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	06a3c1b906ecd95f0afabd5ff514b405493df44fd7bc00286d3566e05db444ed
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	November 10, 2022 at 2:03:02 PM UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 441/2022
VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Executivo (Mensagem nº 43, de 24/10/2022) que *Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird - ou a outra instituição financeira, com garantia da União e dá outras providências.*

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator – conforme despacho de recebimento – para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 441/2022.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 441/2022, em suma, autoriza o Poder Executivo a celebrar, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD — ou com outra instituição financeira, operações de crédito, com a garantia da União, até o valor de U\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinados ao Programa de Redução de Riscos de Inundações e Melhorias Urbanas na Bacia do Ribeirão Isidoro.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

PR: OCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 16.11.2022
HORA: 16:51:35

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 441/2022 encontra-se em consonância com a Constituição da República (art. 30, incisos I e II), haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local, bem como suplementar a legislação Federal e Estadual.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber

Neste mesmo sentido disciplina a Constituição Mineira em seu art. 171, inciso I e II.

Art. 171. - Ao Município compete legislar:

I - sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Importante destacar que o Projeto em apreço possui, em seus artigos 2º e 3º, autorização para vincular receitas como garantia, conforme disciplina o § 4º do art. 167 da Constituição da República.

§ 4º É permitida a vinculação das receitas a que se referem os arts. 155, 156, 157, 158 e as alíneas "a", "b", "d" e "e" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia.
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Por tudo exposto, a proposição em comento, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

2.2 Da Legalidade

No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face do arcabouço normativo infraconstitucional. Exige-se, portanto, a conformidade da proposição com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito.

No tocante ao Projeto de Lei nº 441/2022, ressalta-se que a proposição encontra-se em estrita concordância com a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, que assim dispõe em seu art. 84, inciso XXIII e art. 108, inciso XIV:

Art. 84 - Compete privativamente à Câmara Municipal:

XXIII - autorizar a contratação de empréstimo, operação ou acordo externo, de qualquer natureza, de interesse do Município, regulando as suas condições e respectiva aplicação, observada a legislação federal;

Art. 108 - Compete privativamente ao Prefeito Municipal:

XIV - contrair empréstimo, externo ou interno, e fazer operação ou acordo externo de qualquer natureza, mediante prévia autorização da Câmara, observado os parâmetros de endividamento regulados em lei, dentro dos princípios da Constituição da República;

Ademais, o Projeto de Lei em tela se mostra adequado e oportuno para o ordenamento jurídico, vez que cumpre as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 e da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, bem como das demais legislações infraconstitucionais.

Neste sentido, conclui pela legalidade/juridicidade do Projeto de Lei nº 441/2022.

2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que pertine à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 441/2022, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com a devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade do Projeto de Lei 441/2022.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2022.

**IRLAN
CHAVES DE
OLIVEIRA
MELO:923607
69634**

Assinado de forma digital por
IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado
PF A3, cn=IRLAN CHAVES DE
OLIVEIRA MELO:92360769634
Dados: 2022.11.16 16:49:46
-03'00'

Vereador Irlan Melo

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO**▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação 16/11/2022 19:55:02 UTC
Versão do software 2.10

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer PL 441-22 - empréstimo BIRD.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 09375fe1d94927514b7361853f7a25161f1d30dd6e496d3a519010377fa6329e
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:*607696**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR****▼ Informações da assinatura**

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura November 16, 2022 at 7:49:46 PM UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante**▶ Caminho de certificação****▶ Atributos**

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 445/2022 - 1º TURNO DE VOTAÇÃO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei 445/2022 que “Revoga a Lei nº 8.089, de 26 de setembro de 2000.” de autoria da Mesa Diretora desta Casa Legislativa composta pelos seguintes vereadores(as): Ver.(a) Nely Aquino; Ver. Henrique Braga; Ver. Reinaldo Gomes Preto Sacolão; Ver. Cláudio do Mundo Novo; Ver. Professor Juliano Lopes; Ver. Wilsinho da Tabu, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais para receber parecer jurídico.

Tendo preenchido os requisitos para sua interposição, a presente proposição legislativa foi devidamente recebida pela presidência desta Casa Legislativa e instruído com a legislação correlata pela unidade administrativa competente.

Designado relator, passo a analisar o projeto de lei em epígrafe nos termos do art. 52, I, “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Examinaremos, neste parecer jurídico, a juridicidade sob o aspecto da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei 445/2022, bem como, verificar a presença das características comuns às normas jurídicas em geral e o caráter inovador no ordenamento jurídico da norma.

Passada a breve explanação, adentremos ao exame dos requisitos trazidos acima.

A juridicidade sob o aspecto da compatibilidade da iniciativa legislativa com características exigidas das normas jurídicas, observamos que o projeto de lei em questão é dotado de: generalidade, ou seja, valer para todos sem distinção de qualquer natureza; abstratividade, regulamenta situações abstratamente e não casos concretos; imperatividade, deve ser cumprida e observada por todos; e coercibilidade, a possibilidade de utilizar do aparato e poder estatal para garantir o cumprimento da norma jurídica. Quanto ao seu caráter inovador, o projeto de lei não trata de matéria constante do ordenamento jurídico.

A juridicidade do presente projeto de lei sob o aspecto da constitucionalidade está presente, pois vemos que a matéria em apreço está em conformidade com o art. 30, I da Constituição da República.

Tal dispositivo prevê, *in verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;
(...)

Essa competência legislativa se traduz no tratamento e ordenamento dos assuntos e interesses da coletividade municipal localmente pelo legislador municipal. Assim, ao revogar a Lei

Municipal nº 8.809/2000, que traz vedação a realização de concurso público para cargo ou função para os quais não haja vaga, o parlamentar está em exercício dessa competência. Isso porque, a citada lei contém normas mais restritivas quanto à realização de concurso público quando comparada com as disposições da Constituição Federal de 1988, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, dos Estatutos dos Servidores da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e com a jurisprudência sedimentada dos tribunais de contas.

A revogação pretendida traz enunciado que oportuna ao poder público municipal organizar e planejar seus concursos públicos com mais eficiência, razoabilidade e racionalidade, visando a adequada reposição do seu quadro funcional em sintonia com a jurisprudência dos Tribunais de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE/MG e da União - TCU e do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG. Vejamos.

A Constituição Federal de 1988 - CF/88 garante o direito a prioridade de convocação dos candidatos do concurso público de provas e títulos sobre novos candidatos aprovados em novo concurso público no inciso IV do art. 37. Desse modo, o direito de prioridade de convocação não será alterado pela revogação do §1º do art. 1º da Lei nº 8.089/2000, que é mais restritivo ao impedir a realização de novo concurso antes da convocação de todos os candidatos aprovados no concurso anterior.

O *caput* e o §2º do art. 1º da Lei nº 8.089/2000 tratam, respectivamente, da vedação de realização de concurso público sem a existência de vaga e que número de vagas deve estar indicado no edital. Entretanto, é perfeitamente admissível a formação de cadastro reserva em casos excepcionais e desde que observadas as diretrizes previstas na jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a exemplo das seguintes decisões:

“[...] A formação **exclusiva** de cadastro de reserva fere direito subjetivo dos candidatos aprovados, sendo permitida excepcionalmente na hipótese de urgência e ou provável e iminente surgimento de vaga, mediante suficiente justificativa.”
Processo 1082586 - Primeira Câmara – Relator Conselheiro Substituto Hamilton Coelho – Julgado em 15/2/2022. (Grifo nosso)

“[...] A formação de cadastro de reserva é admitida, desde que em caráter excepcional e que haja expressa motivação de sua necessidade. A regularidade da previsão de cadastro de reserva deve ser aferida levando-se em conta as especificidades do caso concreto, em ponderação com os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e da economicidade.” Recurso Ordinário n. 1066777 - Tribunal Pleno – Relator Conselheiro Cláudio Couto Terrão – Julgado em 11/12/2019.

Apoiados no art. 5º da Instrução Normativa nº 05/2007, alterado pelo art. 3º da Instrução Normativa nº 04/2008, temos que o edital do concurso público deve ser enviado para análise do TCE-MG, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, antes da data de início das inscrições do concurso, sob pena de suspensão e/ou aplicação de multa diária. Assim, a fiscalização acerca do cumprimento desses requisitos pode ser feita pelo TCE- MG antes da abertura do prazo de inscrição para o concurso.

É importante ter em vista, o disposto no ACÓRDÃO 2967/2016-TCU-Plenário prolatado no autos do Processo TC-Processo 003.945/2016-2 (REPRESENTAÇÃO) de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, que trata de expediente encaminhado pelo Gabinete do Dr. Paulo Soares Bugarin, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, e autuado como Representação neste Tribunal, dando conta de que as “as vagas para os empregos de TÉCNICO DE REDES de Brasília/DF e de ANALISTA DE REDES de Recife/PE do SERPRO estão ocupadas por servidores terceirizados, em prejuízo de candidatos aprovados em concurso público” (peça 1);

Considerando que a Representação originou-se de mensagem eletrônica enviada ao MPTCU pelo Sr. Sidney Aparecido Monteiro da Silva (peça 1, p. 2), por meio da qual solicitou a intervenção do TCU no sentido de determinar ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) que convocasse os candidatos aprovados para as vagas supostamente ocupadas por terceirizados;

Considerando que, ao analisar os autos, a Sefip concluiu que suspeitas de irregularidades alicerçadas em afirmações genéricas que não satisfaziam a exigência de suficiência de indícios a que se referem os arts. 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, assim como o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, razão pela qual propôs o não conhecimento do feito (peças 5-7);

Considerando que as pesquisas realizadas pela Unidade Técnica mostraram que o concurso ao qual o candidato se referiu foi tornado público pelo Edital 1 - SERPRO, de 26/2/2013, destinado ao provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para os cargos de Analista e de Técnico do Serpro (peça 2) e que os interessados foram comunicados que havia sido autorizada a contratação de 164 candidatos aprovados no concurso (peça 3);

Considerando que na página da internet do SERPRO constou a informação de que houve convocação de candidatos para os mais diversos cargos, 37 Analistas de Rede para as cidades de Brasília, Florianópolis e Rio de Janeiro, assim como cerca de 90 Técnicos de Rede para diversas cidades do país (peça 4), o que mostrou que o Serpro convocou os candidatos aprovados no referido concurso, inclusive em quantidade superior àquela inicialmente prevista no seu edital de abertura (peça 2, p. 19-24, e peça 4, p. 7);

Considerando que as constatações acima colocadas colidem com a informação de que terceirizados estão ocupando postos de trabalho reservados ao pessoal da atividade-fim da empresa, em detrimento dos candidatos aprovados no concurso público;

Considerando que a presente Representação decorreu de requerimento de candidato aprovado no concurso que, na realidade busca a intervenção do TCU para que seja determinado ao Serpro, entre outras, a sua convocação;

Considerando que, nos termos do art. 263 do Regimento Interno do TCU, “o relator ou o Tribunal não conhecerá de requerimento que lhe seja diretamente dirigido por interessado na obtenção de quaisquer benefícios ou vantagens de caráter pessoal, (...)”;

Considerando que como não havia qualquer indício concernente à suposta irregularidade noticiada pelo representante, propôs-se o não conhecimento da Representação, nos termos do art. 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que o Relator do feito entendeu necessária a restituição dos autos à Sefip para que fosse promovida a oitiva do Serpro, a fim de obter “esclarecimentos detalhados sobre esta representação, inclusive no que tange à formação de cadastro de reserva” (peça 8);

Considerando que em resposta ao Ofício 7275/2016-TCU-Sefip, de 9/5/2016 (peça 9), o Serpro, por intermédio de sua Superintendência de Gestão de Pessoas, encaminhou o Ofício DIRAD/SUPGP – 015649/2016, de 24/5/2016 (peça 11);

Considerando que os esclarecimentos carreados aos autos pelo SERPRO mostraram que o Edital nº 1 - SERPRO 2013, de 26/02/2013, teve prazo inicial de vigência de um ano, após o que foi prorrogado por igual período, encerrando-se no dia 02/07/2015 e que foram ofertadas, inicialmente, 360 (trezentos e sessenta) vagas, sendo 162 (cento e sessenta e duas) vagas aditadas para convocação de candidatos aprovados no cadastro de reserva, totalizando, portanto, 522 (quinhentos e vinte e duas) vagas (Cespe/UnB);

Considerando que a finalidade precípua do concurso público foi satisfeita, qual seja, o provimento de cargos necessários ao atendimento das exigências de recursos humanos da Empresa Pública Federal, em observância aos princípios regentes da administração pública;

Considerando que a jurisprudência do Egrégio Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais pátrios é no sentido de que aqueles que ocupam o cadastro de reserva não possuem direito subjetivo ao cargo concorrido, mas apenas mera expectativa, já que a convocação destes candidatos é ato discricionário da Administração Pública, salvo no caso de burla da ordem classificatória ou de contratação irregular comprovada;

Considerando que a decisão de mérito administrativo de não convocar candidatos aprovados para os cargos questionados foi pautada pelo interesse público, com vistas a evitar a oneração do SERPRO, diante do momento de crise econômica por que passa o país e para garantir a manutenção da qualidade dos serviços ofertados;

Considerando que durante a vigência do Edital de Concurso Público, não houve a necessidade de serviço que justificasse a criação das vagas, razão pela qual não foram realizadas quaisquer convocações de candidatos para as vagas questionadas nas localidades citadas;

Considerando que em função do plano de contenção de gastos do Governo Federal, previsto no Decreto nº 8.062/13, o SERPRO sofreu um relevante impacto negativo no recebimento das receitas decorrentes de contratos celebrados com os diversos órgãos e entidades públicas federais, fato que ensejou a necessidade de contingenciamentos, dentre os quais a imediata suspensão de contratações de novos concursados, tudo sem prejuízo daqueles classificados dentro do número de vagas previstas no edital, hipótese na qual não está inserido o candidato que requereu a intervenção do Tribunal de Contas da União;

Considerando que a contratação de pessoal constante do cadastro de reserva encontra-se no âmbito do poder discricionário da Administração Pública, razão pela qual os empregos de Técnico de Rede de Brasília-DF e de Analista de Rede de Recife-PE – destinados à formação de cadastro de reserva (peça 2, p. 21-22) – não foram preenchidos;

Considerando que diante da inexistência de indícios suficientes da irregularidade noticiada e dos esclarecimentos prestados pelo Serpro, a Unidade Técnica ratificou a proposta de não conhecimento da presente representação, nos termos do art. 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU;

ACORDAM, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c o art. 143, inciso III do RI/TCU, em:

a) não conhecer da presente Representação, com fundamento no parágrafo único do art. 237 c/c o art. 235, caput e parágrafo único do Regimento Interno do TCU, por não atender aos requisitos de admissibilidade;

b) determinar o arquivamento deste processo, nos termos dos arts. 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e do art. 105 da Resolução TCU 259/2014;

c) dar ciência deste Acórdão ao Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, Dr. Paulo Soares Bugarin, e ao Sr. Sidney Aparecido Monteiro da Silva.

O TJMG, em recente julgado, nos autos da Apelação Cível 1.0000.22.179538-8/001 entendeu relativamente a previsão de cadastro reserva em relação aos candidatos:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATA APROVADA FORA DO NÚMERO DE VAGAS. DIREITO À NOMEAÇÃO. EXCEPCIONALIDADE. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DE PRETERIÇÃO ARBITRÁRIA E IMOTIVADA POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO. AUSÊNCIA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO “IN CASU”.

- A ação mandamental, de índole constitucional, é cabível para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções por ela exercida.

- O candidato classificado em concurso público fora do número de vagas previstas no edital ou para cadastro de reserva tem mera expectativa de direito - “spei ius” - à nomeação, sendo certo que o surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, não gera automaticamente o direito à nomeação, tirante apenas as hipóteses de preterição arbitrária e imotivada por parte da Administração, incorrentes no caso focado. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.22.179538-8/001, Relator(a): Des.(a) Belizário de Lacerda, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 09/11/2022, publicação da súmula em 16/11/2022). (Grifo nosso).

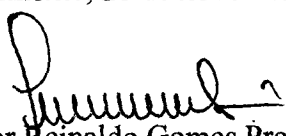
Com relação à juridicidade sob o aspecto da legalidade, o projeto de lei não afronta a legislação infraconstitucional. Está em conformidade com o *caput* e o §1º do artigo 2º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, o Decreto-lei nº 4.657/1942.

Quanto à juridicidade sob o aspecto da regimentalidade prevista no art. 99 do Regimento Interno desta Casa, não vislumbramos afrontas ao regimento na presente proposição legislativa em questão.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 445/2022.

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2022.


Vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão
Relator



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 108/21

Relatório

O Projeto de Lei nº 108/21, que “Proíbe as práticas de adestramento agressivo e invasivo contra animais domésticos no município de Belo Horizonte”, de autoria dos vereadores Wanderley Porto, Álvaro Damião, Gabriel, Henrique Braga, Jorge Santos, Marcos Crispim e Reinaldo Gomes Preto Sacolão, foi aprovado pelo Plenário com a Emenda nº 3 e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre essas, cabe destacar:

- a adequação da ementa do projeto a seu art. 1º;
- a inclusão de parágrafo único ao art. 2º do projeto, em função da aprovação da Emenda nº 3.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 108/21.

Belo Horizonte, 16 / 11 / 22

RELATOR

CMBH_DIRLEG-16/nov/22-15:56:50-008105-1



PROJETO DE LEI Nº 108/21

Proíbe as técnicas de adestramento de animal doméstico com a utilização de violência física ou psicológica no Município.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Ficam proibidas as técnicas de adestramento de animal doméstico com a utilização de violência física ou psicológica no Município.

§ 1º - Entende-se por violência física o uso de correção que viole a integridade física do animal, como:

I - aplicar pressão no pescoço do animal por meio do uso de enforcador, colar de garras ou guia unificada que retire o contato entre os membros anteriores do animal e o chão;

II - aplicar pressão no pescoço do animal por meio do uso de enforcador, colar de garras ou guia unificada que resulte na perda ou diminuição da capacidade respiratória do animal;

III - aplicar pressão contínua no pescoço do animal por meio do uso de enforcador, colar de garras ou guia unificada para imobilizar o animal;

IV - amarrar corda à virilha, às orelhas ou às patas do animal para aplicar pressão;

V - desferir tapas ou pontapés;

VI - usar colar que emita corrente elétrica, conhecido como E-collar ou colar de choque;

VII - exercitar animal em esteira ou bicicleta preso por meio do uso de enforcador, colar de garras ou guia unificada;

VIII - exercitar animal até sua exaustão completa;

IX - prender 2 (dois) ou mais animais entre si através do uso de enforcador, colar de garras ou guia unificada.

§ 2º - Entende-se por violência psicológica, ação ou omissão que resulte na violação da integridade mental do animal, como:

I - provocar um comportamento com intuito de, consecutivamente, aplicar correções que violem a integridade física do animal;

II - prender um animal num espaço restrito e inadequado para ensiná-lo a ficar sozinho, deixando-o em estado de desespero;



III - usar estalinhos, biribinhas ou similares para amedrontar o animal;

IV - privar o animal de alimento ou de água por mais de 24h (vinte e quatro horas) com o intuito de aumentar a motivação para treinar;

V - submeter o animal, mediante a apresentação ou o confinamento, a estímulos agressivos que lhe causem medo ou dor, tirando-lhe a possibilidade de esquivar-se;

VI - utilizar estímulos que causem medo ou ansiedade para atingir um comportamento desejado de maneira rápida, desconsiderando o bem-estar do animal;

VII - impedir a expressão de comportamento natural sadio, imprescindível ao bem-estar da espécie.

Art. 2º - As infrações às disposições desta lei serão punidas com as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - perda da guarda, posse ou propriedade do animal, se doméstico ou exótico;

IV - interdição do local do estabelecimento;

V - perda do registro profissional e/ou proibição de atuar com o adestramento de animais pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único - No caso de reincidência na utilização de técnica de adestramento de animal doméstico com violência física ou psicológica, deverá ser aplicada, no mínimo, a penalidade imediatamente superior à aplicada anteriormente.

Art. 3º - O Executivo editará os atos necessários à regulamentação do disposto nesta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 16 / 11 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 398/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 398/22, que “Altera a Lei nº 9.934/2010, que ‘Dispõe sobre a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial, cria o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial dá outras providências”, de autoria da Comissão Especial de Estudo - Empregabilidade, Violência e Homicídio de Jovens Negros, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 398/22.

Belo Horizonte, 21 / 11 / 22

RELATOR

CMBH_DIRLEG-21/nov/22-11:01:02-008154-1



PROJETO DE LEI Nº 398/22

Altera a Lei nº 9.934/10, que “Dispõe sobre a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial, cria o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Ficam acrescentados ao art. 5º da Lei nº 9.934, de 21 de junho de 2010, os seguintes parágrafos:

"Art. 5º - (...)

§ 1º - A produção dos dados a que se refere o inciso VII do *caput* deste artigo consiste na coleta, no processamento, na consolidação e na divulgação de dados raciais do Município.

§ 2º - A alimentação da base de dados do governo municipal, de que trata o inciso VII do *caput* deste artigo, abrange os dados gerados pelas áreas de Saúde, Educação, Segurança, Política Urbana, Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte e Lazer.

§ 3º - Os dados processados e consolidados nos termos estabelecidos neste artigo deverão subsidiar as políticas públicas da PMPIR.”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 21 / 11 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 409/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 409/22, que “Altera a Lei nº 11.367/22, que ‘Autoriza a concessão de subsídio mensal ao transporte público coletivo, convencional e suplementar, de passageiros por ônibus do Município”, de autoria dos vereadores Gabriel, Ciro Pereira, Henrique Braga, Irlan Melo, Jorge Santos e Léo, da vereadora Marilda Portela e dos vereadores Professor Juliano Lopes, Reinaldo Gomes Preto Sacolão e Wanderley Porto, foi aprovado pelo Plenário, na forma da Subemenda nº 1 - Substitutivo - à Emenda nº 1 - Substitutivo, e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Entre essas, a substituição da ementa da Subemenda nº 1 por “Altera a Lei nº 11.367/22, que ‘Autoriza a concessão de subsídio mensal ao transporte público coletivo, convencional e suplementar, de passageiros por ônibus do Município”, por solicitação da Diretoria do Processo Legislativo - Dirleg.

Tais adequações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 409/22.

Belo Horizonte, 16 / 11 / 22

RELATOR

CMBH_DIRLEG-16/nov/22-14:14:47-000103-1



PROJETO DE LEI Nº 409/22

Altera a Lei nº 11.367/22, que "Autoriza a concessão de subsídio mensal ao transporte público coletivo, convencional e suplementar, de passageiros por ônibus do Município".

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - A ementa da Lei nº 11.367, de 1º de julho de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Autoriza a concessão de subsídio mensal ao transporte público coletivo, convencional e suplementar, de passageiros por ônibus e ao serviço público de transporte por táxi lotação do Município."

Art. 2º - O art. 1º da Lei nº 11.367/22 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subsídio, no valor máximo total de R\$237.500.000,00 (duzentos e trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), no período de abril de 2022 a março de 2023, ao sistema municipal de transporte público coletivo, convencional e suplementar, de passageiros por ônibus e ao serviço público municipal de transporte por táxi lotação, nos termos desta lei, do inciso II do art. 198 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH - e do art. 23 da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012."

Art. 3º - Fica alterado o *caput* do art. 10 da Lei nº 11.367/22 e acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

"Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a ampliar em até R\$5.900.000,00 (cinco milhões e novecentos mil reais) o subsídio aos permissionários do serviço de transporte público coletivo suplementar e por táxi lotação, previsto em legislação específica.

§ 1º - O subsídio previsto no *caput* deste artigo será repassado ao transporte público coletivo suplementar e por táxi lotação, observando-se os seguintes valores:

I - R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para o serviço de transporte público coletivo suplementar;

II - R\$900.000,00 (novecentos mil reais) para o serviço de transporte por táxi lotação.

§ 2º - Constitui o serviço de transporte por táxi lotação a modalidade destinada à prestação do serviço de táxi com tarifa fixa, lotação máxima e rota definida, nos termos definidos em ato

4



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

próprio da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte
S.A. - BHTrans.”.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 16 / 11 / 2020

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de
redação final até

____/____/____

DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 416/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 416/22, que “Dá o nome de Via de Pedestre Frédéric Bastiat à Via de Pedestre Três Mil Cento e Dezesesseis, no Bairro Buritis”, de autoria do vereador Braulio Lara, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações às normas gramaticais, à técnica legislativa e aos padrões deste Legislativo, sem que isso implique prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Incluiu-se, no art. 1º, o código do logradouro, conforme as folhas 10 e 11 da instrução do projeto.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 416/22.

Belo Horizonte, 11 / 11 / 22

RELATOR

CMBH_DIRLEG-11/nov/22-15:09:51-000094-1



PROJETO DE LEI Nº 416/22

Dá o nome de Frédéric Bastiat à Via de Pedestre 3116, no Bairro Buritis.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Frédéric Bastiat a Via de Pedestre 3116, código 091216, no Bairro Buritis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 11 / 11 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de
redação final até

____/____/____

DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 422/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 422/22, que “Dá o nome de Praça Santa Clara de Assis à Praça Quatro Mil Novecentos e Setenta e Seis, no Bairro Buritis”, de autoria do vereador Braulio Lara, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 422/22.

Belo Horizonte, 16 / 11 / 22

RELATOR

CMBH_DIRLEG-16/nov/22-14:13:29-008102-1



PROJETO DE LEI Nº 422/22

Dá o nome de Santa Clara de Assis à Praça 4976, no Bairro Buritis.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Santa Clara de Assis a Praça 4976, código 313806, no Bairro Buritis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 16 / 11 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de
redação final até

____/____/____

DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 428/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 428/22, que “Dá o nome de Elevado da Massa ao viaduto localizado sobre a Av. Presidente Juscelino Kubitschek no bairro Camargos”, de autoria do vereador Professor Claudiney Dulim, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 428/22.

Belo Horizonte, 16 / 11 / 22

RELATOR

CMBH_DIRLEG-16/nov/22-14:15:21-008104-1



PROJETO DE LEI Nº 428/22

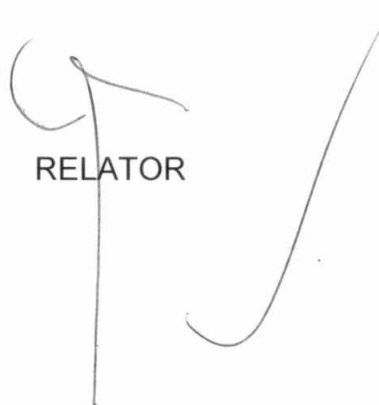
Dá o nome de Elevado da Massa ao viaduto sobre a Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, no Bairro Camargos.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominado Elevado da Massa o viaduto sobre a Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, código 306570, no Bairro Camargos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 16 / 11 / 22


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Proposta de Diligência sobre o Projeto de Lei nº 437/2022 – 1º Turno.

Relatório

O Projeto de Lei nº 437/2022, que “Dá o nome de Senhor José do Carmo a Rua Dois localizada no bairro Diamante” de autoria do Vereador Professor Juliano Lopes foi distribuído para esta comissão.

Designado relator para análise da matéria, apresento esta proposta de diligência, nos termos do art. 86, inciso II, do Regimento Interno.

Fundamentação

Visando exarar um parecer jurídico fundamentado por parte desta relatoria e, conseqüentemente, pela Comissão de Legislação e Justiça, em caso de sua aprovação, solicitamos que seja baixado em diligência o presente projeto de lei à Secretaria Municipal de Governo para informar fundamentadamente:

- se existe algum óbice técnico, legal ou de outra natureza que impeça a nomeação da rua em questão, localizada no Bairro Diamante;
- se existe interesse e conveniência públicos na referida nomeação, nos termos propostos. Em caso negativo, informar o motivo.

Conclusão

Feitas essas considerações, proponho seja pedida a prestação por escrito das informações necessárias, conforme discriminado na fundamentação, ao órgão ali indicado.

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2022.


Vereador Reinaldo Gomes Preto do Sacolão

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 439/2022 – Turno Único

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 439/2022, de autoria do vereadores Gabriel, Léo, Jorge dos Santos e Reinaldo Gomes Preto Sacolão, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao gabinete do Excelentíssimo Sr. Prefeito Fuad Noman com o objetivo de obter esclarecimentos sobre a possibilidade, conforme disposição da Lei 9.691/2009, de nomear como Praça ZigueZague a Praça sem nome, situada na confluência das ruas Peçanha e Patrocínio com a Avenida Bias Fortes, sob código de identificação 302743, no bairro Carlos Prates.

Belo Horizonte, 17 de Novembro de 2022

IRLAN CHAVES Assinado de forma
DE OLIVEIRA digital por IRLAN
MELO:923607 CHAVES DE OLIVEIRA
69634 MELO:92360769634
Dados: 2022.11.17
13:01:39 -03'00'

Vereador Irlan Melo
Líder Patriota

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 14.11.2022
HORA: 13:04:09

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 17/11/2022 16:08:26 UTC

Versão do software 2.10

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo

Pedido Diligência 439-2022.pdf

Resumo SHA256 do arquivo

df9e8fe565e72d669fa36a0a5e2ff07870ad2ef07ac5c81b
973645b34b6bd2de

Tipo do arquivo

PDF

Quantidade de assinaturas

1

▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:***607696**,
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI
Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura

Destacada

Status da assinatura

Aprovado

Caminho de certificação

Aprovado

Estrutura da assinatura

Conformidade com o padrão (ISO 32000).

Cifra assimétrica

Aprovada

Resumo criptográfico

Correto

Data da assinatura

November 17, 2022 at 4:01:39 PM
UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 440/2022 em turno único

Comissão de Legislação em Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 440/2022, de autoria da vereadora Duda Salabert, que “Dá o nome de Via de Pedestre Anyky Lima à Via de Pedestre Sem Nome, no Bairro Palmares.”, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Gabinete do Prefeito Fuad Noman, solicitando seja encaminhado ao órgão competente para emitir parecer sobre a possibilidade da nomeação da Via de Pedestre Sem Nome, conforme planta CP 053002M, no Bairro Palmares, que interliga a Rua Antônio Peregrino Nascimento e a Rua Pastor Achilles Barbosa.

Os questionamentos realizados interferem diretamente na análise da legalidade e juridicidade da proposta apresentada e contribuem para a elaboração do parecer sobre a matéria.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2022.

GABRIEL
SOUSA
MARQUES DE
AZEVEDO:014
66629622

Assinado de forma digital por
GABRIEL SOUSA MARQUES DE
AZEVEDO:01466629622
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=20828519000170,
ou=Presencial, ou=Certificado PF
A3, cn=GABRIEL SOUSA
MARQUES DE
AZEVEDO:01466629622
Dados: 2022.11.18 15:49:06 -03'00'

Vereador Gabriel
Relator

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 18/11/2022
HORA: 16:01:35

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO**▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação 18/11/2022 19:08:38 UTC
Versão do software 2.10

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Proposta de diligência PL 448.22.pdf
Resumo SHA256 do arquivo cd8d07026e07496967f07927ed6a00e899a48cd93a1856d654c5788bfd34c39f
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ Assinatura por CN=GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:*666296**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura November 18, 2022 at 6:49:06 PM UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante**▶ Caminho de certificação****▶ Atributos**

**AVALIE ESTE
SERVIÇO****EXPANDIR
ELEMENTOS**Modo escuro ☐



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 443/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 443/22, que “Altera a Lei nº 7.863, de 18 de novembro de 1999, que Institui o Estatuto dos Servidores da Câmara Municipal de Belo Horizonte”, de autoria da Mesa Diretora, foi aprovado pelo Plenário e vem a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 443/22.

Belo Horizonte, 21 / 11 / 22


RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 443/22

Altera a Lei nº 7.863/99, que Institui o Estatuto dos Servidores da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - O inciso III do *caput* do art. 54 da Lei nº 7.863, de 18 de novembro de 1999, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 54 - [...]

III - para os cargos de Médico Clínico, de Médico do Trabalho e de Procurador, que será de 20h (vinte horas) semanais.”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 21 / 11 / 22

RELATOR

CMBH_DIRLEG-21/nov/22-11:01:23-008155-1

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 4/21

Relatório

A Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 4/21, que “Acrescenta o artigo 130-A, altera a redação dos §§ 4º-A, 4º-C, 4º-G, 4º-H, 4º-I e 4º-J e acrescenta os §§ 4º-K, 4º-L 4º-M e 4º-N ao art. 132 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte”, de autoria do vereador Wilsinho da Tabu, da vereadora Bella Gonçalves, dos vereadores Braulio Lara e Cláudio do Mundo Novo, da vereadora Iza Lourença, do vereador José Ferreira, da vereadora Macaé Evaristo, do vereador Marcos Crispim, da vereadora Nely Aquino, dos vereadores Nikolas Ferreira, Pedro Patrus e Professor Juliano Lopes, da vereadora Professora Marli e dos vereadores Wanderley Porto e Wesley, foi aprovada pelo Plenário na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo) e vem a esta comissão para elaboração da redação final.

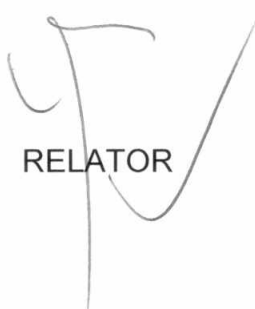
Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 4/21.

Belo Horizonte, 21 / 11 / 22


RELATOR

CMBH_DIRLEG-21/nov/22-11.00.40-008153-1



PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 4/21

Acrescenta o art. 130-A à Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, altera a redação dos §§ 4º-A, 4º-C, 4º-G, 4º-H, 4º-I e 4º-J do seu art. 132 e acrescenta a esse artigo os §§ 4º-K, 4º-L, 4º-M e 4º-N.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte aprova:

Art. 1º - Capítulo II do Título V da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH - passa a vigorar acrescido do seguinte art. 130-A:

“TÍTULO V - DAS FINANÇAS PÚBLICAS

[...]

**CAPÍTULO II
DO ORÇAMENTO**

[...]

Art. 130-A - O resultado da definição das prioridades de investimento de interesse social, feito pelo Executivo em conjunto com a população, deverá ser registrado no Plano de Empreendimentos do Orçamento Participativo sob a denominação de Orçamento Participativo.

§ 1º - O Executivo deverá prever, no projeto de lei orçamentária, valor referente a, no mínimo, 0,2% (zero vírgula dois por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto para atender os investimentos aprovados pelo Orçamento Participativo.

§ 2º - Será de execução obrigatória o percentual de 0,2% (zero vírgula dois por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto de lei a que se refere o § 1º deste artigo em investimentos aprovados pelo Orçamento Participativo.”.

Art. 2º - Os §§ 4º-A, 4º-C, 4º-G, 4º-H, 4º-I e 4º-J do art. 132 da LOMBH passam a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescidos ainda a esse artigo os seguintes §§ 4º-K, 4º-L 4º-M e 4º-N:

"Art. 132 - [...]

§ 4º-A - As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária anual serão aprovadas até o limite de 1,0% (um por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, devendo esse recurso ser dividido igualmente entre os parlamentares e sua destinação observará, obrigatoriamente, a



aplicação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) para ações e serviços públicos de saúde.

[...]

§ 4º-C - É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 4º-A deste artigo, devendo a execução da programação ser equitativa, ressalvado o disposto no art. 31-C do Ato das Disposições Transitórias desta lei.

[...]

§ 4º-G - Os restos a pagar provenientes das programações orçamentárias previstas no § 4º-A deste artigo poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos valores das emendas individuais.

§ 4º-H - Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o montante previsto para as emendas individuais poderá ser reduzido em índice igual ao incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

§ 4º-I - Os recursos financeiros a que se refere o § 4º-A deste artigo, até 25% (vinte e cinco por cento) dos valores das emendas individuais, poderão ser destinados a pessoas jurídicas de direito privado que atuem nas áreas de saúde ou assistência social ou infância e adolescência ou pessoa idosa.

§ 4º-J - A destinação prevista no § 4º-I deste artigo deverá atender às regras estabelecidas pelo § 4º-B deste artigo e só poderá contemplar entidades credenciadas pelo Município que atendam aos preceitos estabelecidos:

I - pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e outras que venham a substituí-la, hipótese em que será celebrado convênio;

II - pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e outras que venham a substituí-la, hipótese em que serão celebradas parcerias nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e seu regulamento;

III - pela política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e pela política municipal do idoso, entre as entidades detentoras do Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros dos respectivos Fundos Municipais.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

§ 4º-K - Incluem-se, para fins de aplicação do limite destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 4º-A deste artigo, as instituições que se caracterizem como pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que destinem 100% (cem por cento) de seus serviços de saúde, ambulatoriais e hospitalares exclusivamente ao Sistema Único de Saúde - SUS.

§ 4º-L - O limite a que se refere o § 4º-I deste artigo fica ampliado para 50% (cinquenta por cento) quando destinado aos estabelecimentos de saúde que se caracterizem como pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que destinem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus serviços de saúde, ambulatoriais e hospitalares exclusivamente ao SUS.

§ 4º-M - a Lei de Diretrizes Orçamentárias poderá definir valor mínimo por emenda individual.

§ 4º-N - É vedada a destinação dos recursos de que trata o § 4º-A deste artigo a órgãos e entidades de outras esferas de governo, com exceção daqueles credenciados pelo Município que atendam a todos os preceitos estabelecidos pela Lei Federal nº 8.080/90 e outras que venham a substituí-la.”.

Art. 3º - Esta emenda à LOMBH entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Belo Horizonte, 21 / 11 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de
redação final até

____/____/____

DIVATO